



<b>PROCESSO Nº</b>	<b>:</b>	<b>131415/2016</b>
<b>INTERESSADO</b>	<b>:</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO</b>
<b>INTERESSADO SECUNDÁRIO</b>	<b>:</b>	<b>EDUARDO PENNO (EX-PREFEITO MUNICIPAL)</b> <b>JOANA DARCK RODRIGUES REIS ( EX – SECRETÁRIA AÇÃO SOCIAL)</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>:</b>	<b>REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA - DEFESA</b>
<b>OBJETO</b>	<b>:</b>	<b>IRREGULARIDADES DE DESPESAS COM DIÁRIAS</b>
<b>RELATOR</b>	<b>:</b>	<b>CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA</b>
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>:</b>	<b>SUZANE MARIA TEIXEIRA PEDROSO DE FIGUEIREDO</b>

**Senhor Secretário**

## **1. INTRODUÇÃO**

Trata-se de manifestação de defesa referente à Representação de Natureza Interna originada no Chamado nº 295/2016, recebido pela Ouvidoria Geral deste Tribunal, em desfavor do Sr. Eduardo Penno, ex-prefeito de Novo Santo Antônio e a Sr<sup>a</sup> Joana Darck Rodrigues Reis – ex-secretária de Ação Social, formalizada pela SECEX da Relatoria do Conselheiro Interino Moisés Maciel em decorrência de possível irregularidade de despesas com diárias, no exercício de 2015.

## **2. SÍNTESE DOS FATOS**

Inicialmente por meio dos Ofícios nº 168 /2017 e 166/2017 de 02/03/2017, o Sr. Eduardo Penno, ex-prefeito de Novo Santo Antônio e a Sr<sup>a</sup> Joana Darck Rodrigues Reis – ex-secretária de Ação Social, foram citados para se manifestarem a



respeito da possível irregularidade de despesas com diárias conforme relatório técnico preliminarmente emitido (Documentos Digitais nº 116309/2016, nº 123220/2017, nº 123221/2017, nº 123223/2017, nº 123224/2017, nº 126627/2017).

Em 23/03/2017 a Gerência de Processos Diligenciados se manifesta quanto a não entrada de documentos referentes a defesa dos citados acerca das irregularidades apontadas no relatório técnico preliminar (Documento Digital nº 138771/2017).

Em 28/03/2017 o Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira declarou a revelia do Sr. Eduardo Penno, ex- prefeito e da Srª Joana Darck Rodrigues Reis – ex- secretária de Ação Social (Documento Digital 142091/2017).

Essa decisão foi divulgada no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 30-3-2017, sendo considerada como data da publicação o dia 31-3- 2017, edição nº 1084 (Documento Digital 143939/2017).

Em 10/04/2017, o Sr. Eduardo Penno, ex-prefeito de Novo Santo Antônio e a Srª Joana Darck Rodrigues Reis, ex-secretária de Ação Social, encaminharam requerimento visando o reconhecimento e a declaração de nulidade do ato processual que declarou a revelia. Alegaram os requerentes, que, desde 31/12/2016, não faziam mais parte da administração municipal, não possuindo, assim, acesso ao malote digital (Documento Digital nº 151017/2017).

Em decisão o Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira considerou que ambos compareceram espontaneamente aos autos, dando-se por citados e ainda sobrestou a análise do requerimento para que os representados no prazo de 05 dias informassem o endereço válido e legal para os futuros atos de comunicação processual. A decisão sob o nº 311/LCP/2017 foi divulgada no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 18-4-2017, sendo considerada como data da publicação o dia 19-4-2017, edição nº 1095 (Documentos Digitais n.ºs 153328/2017 e 154389/2017).



A Gerência de Controle Processos Diligenciados informa em 25/04/2017 que os representados não se manifestaram (Doc. Digital nº 158697/2017). No entanto, constata-se por meio do Documento Digital nº 159399/2017 e nº 159805/2017 que o Sr. Eduardo Penno e a Srª Joana Darck Rodrigues Reis enviaram o endereço solicitado para os futuros atos de comunicação processual, em 25/04/2017.

Conforme decisão proferida pelo Conselheiro Interino em 04/05/2017, observa-se que para evitar eventual alegação de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o Sr. Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio e a Srª Joana Darck Rodrigues Reis – ex-Secretária de Ação Social foram citados para que se manifestassem no prazo de 15 dias a contar do seu recebimento, conforme Ofícios n.s 505/2017 e 506/2017, expedidos em 05/05/2017 e postados em 08/05/2017 (Documentos Digitais n.s 167788/2017, 167789/2017, 169617/2017, 169619/2017 e 200306/2017).

Em 07/06/2017 a Srª Joana Darck Rodrigues Reis e o Sr. Eduardo Penno se manifestaram a respeito das irregularidades apontadas, as quais foram enviadas à esta Secex para análise, em cumprimento à Orientação Normativa nº 2/2018, item 3, expedida pelo Comitê Técnico desta Corte de Contas em 11/07/2018 (conforme Documentos Digitais nº 200178/2017 e nº 200206/2017).

### **3. DOS ARGUMENTOS DA DEFESA**

A Srª Joana Darck Rodrigues Reis – ex-Secretária de Ação Social e o Sr. Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio apresentam as mesmas alegações em suas manifestações, conforme Documentos Digitais n.s 200178/2017 e 200206/2017:

(...)

Conforme se comprovam pelos documentos inclusos, todas as diárias concedidas durante o referido período, foram para viabilizar a locomoção e deslocamento dos subscritores para tratarem de assunto de interesse do Município, conforme se comprovam pelos processos em anexo.



Registre-se que todos os deslocamentos foram de fato realizados em prol de interesse do Município de Novo Santo Antônio/MT, e em razão disto logicamente deveriam ser custeados pela Municipalidade na forma da Lei Municipal de concessão de diárias, estando os processos devidamente instruídos com documentos e relatórios que comprovam suas necessidades, disponibilidades e realizações.

Pensar de modo diverso e o mesmo que buscar o enriquecimento ilícito da administração, dado ao fato de que as despesas decorrentes dos deslocamentos do Prefeito, Secretários e Servidores Municipais em prol da Administração, devem ser custeados com recursos da mesma, conforme se comprovam pelos documentos inclusos.

Deste modo, pede-se vênha a nobre equipe de Auditores e a este Nobre Relator, que apos a juntada dos documentos em anexo, conclua pela improcedência e inexistência das impropriedades objeto do presente procedimento.

(...)

Na sequência a Sr<sup>a</sup> Joana Darck Rodrigues Reis – ex-Secretária de Ação Social e o Sr. Eduardo Penno, ex-Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio enviaram documentos por meio dos quais afirmam comprovar as alegações, respectivamente, conforme constata-se às fls. 06 a 118 do Documento Digital nº 200178/2017 e fls. 06 a 293 do Documento Digital nº 200206/2017.

#### **4. DA ANÁLISE DA DEFESA**

Observa-se que a Lei Municipal nº 215/2010 de 29/01/2010 dispõe sobre a concessão de diárias no serviço público municipal, porém não se constata nesta lei a regulamentação dos procedimentos e documentos a serem enviados na prestação de contas das diárias concedidas (Documento Digital nº 179988/2018).

Evidencia-se que esta Corte de Contas possui entendimento técnico quanto a prestação de contas dos recursos concedidos por meio de diárias na Administração pública:

##### **SÚMULA 10**

Os documentos referentes à prestação de contas de diárias devem estar previstos em normatização específica, incluindo, no mínimo, relatório de viagem, bilhetes de passagem, comprovantes de participação em cursos e treinamentos, além da solicitação fundamentada, autorização pelo ordenador de despesas, notas de empenho e liquidação, comprovante de recebimento dos valores pelo servidor, bem como da sua devolução, quando for o caso.



Publicação: DOC 30/04/2015.

Fundamentação Legal:

- Constituição Federal/88, artigos 37, caput, e 70.

Precedentes no TCE-MT:

Acórdão nº 1.783/2003, Sessão de 18/11/2003, Processo nº 1.405-2/2003, DOE de 04/12/2003 (Conselheiro Julio Campos);

Acórdão nº 798/2014 – Tribunal Pleno, Sessão de 29/04/2014, Processo nº 7.306-7/2013, DOC de 09/05/2014 (Conselheiro José Carlos Novelli);

Acórdão nº 1.160/2014 – Tribunal Pleno, Sessão de 10/06/2014, Processo nº 7.315-6/2014, DOC de 04/07/2014 (Conselheiro José Carlos Novelli);

Acórdão nº 1.172/2014 – Tribunal Pleno, Sessão de 10/06/2014, Processo nº 7.768-2/2013, DOC de 04/07/2014 (Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira);

Acórdão nº 1.192/2014 – Tribunal Pleno, Sessão de 26/06/2014, Processo nº 7.562-0/2013, DOC de 11/07/2014 (Conselheiro Valter Albano);

Acórdão nº 3.772/2011 – Tribunal Pleno, Sessão de 11/10/2011, Processo nº 9.788-8/2007, DOE de 13/10/2011 (Conselheiro Alencar Soares)

Nesse contexto os documentos enviados pelos citados foram analisados dentro do mínimo, conforme o rol documental elencado na Súmula TCE-MT nº 10, no sentido de comprovar a finalidade pública das diárias concedidas.

Considerou-se a Resolução de Consulta nº 01/2016 para não exigir documentos que atestem a presença de agentes públicos em entidades ou órgãos públicos, para fins da prestação de contas de diárias.

A Sr<sup>a</sup> Joana Darck Rodrigues Reis enviou os documentos referentes à prestação de contas das diárias concedidas no valor de R\$ 10.376,38, conforme Documento Digital nº 200178/2017.

Constata-se que os documentos enviados demonstram que os recursos recebidos pela Sr<sup>a</sup> Joana Darck Rodrigues Reis foram aplicados de acordo com a solicitação das diárias concedidas e encontram-se devidamente comprovados no montante de R\$ 10.376,38 conforme estabelece a Súmula 10 desta Corte de Contas e o artigo 37 da Constituição Federal e desta forma demonstraram que os recursos dispendidos atenderam a finalidade pública para as quais foram destinadas, conforme demonstra-se no Quadro 1 do Anexo 1 deste relatório técnico (Documento Digital nº 179987/2018).



Na sequência, constata-se que o Sr. Eduardo Penno, ex- Prefeito Municipal, enviou os documentos no sentido de comprovar a finalidade pública das despesas referentes à concessão de diárias no valor de R\$ 118.866,58, conforme Documento Digital nº 200206/2017.

De todo o exposto, destaca-se que após a análise da defesa apresentada:

1. Considera-se **sanada** a irregularidade referente a ausência de comprovação da finalidade pública atendida em decorrência da concessão de diárias no valor de R\$ 10.376,38 à Srª Joana Darck Rodrigues (Quadro 1 do Anexo 1 deste relatório técnico: Documento Digital nº 179987/2018);
2. Considera-se **sanada** a irregularidade referente a ausência de comprovação da finalidade pública atendida em decorrência da concessão de diárias **no valor de R\$ 53.600,21** ao Sr. Eduardo Penno, ex- prefeito, conforme demonstra-se no Quadro 2 do Anexo 1 deste relatório técnico: Documento Digital nº 179987/2018);
3. Entretanto considera-se **mantida** a irregularidade referente a ausência de comprovação da finalidade pública atendida em decorrência da concessão de diárias no valor de R\$ 65.266,35 ao Sr. Eduardo Penno, ex- Prefeito Municipal, o qual deverá ser restituído pelo ex-prefeito, conforme Quadro 2 do Anexo 1 deste relatório técnico Documento Digital nº 179987/2018.

## 5. CONCLUSÃO

Após análise dos argumentos apresentado pela Srª Joana Darck Rodrigues, ex - secretária de Ação Social e pelo Sr. Eduardo Penno, ex-prefeito de Novo Santo Antônio, conclui-se pela procedência parcial desta representação, com a manutenção somente da irregularidade imposta ao Sr. Eduardo Penno no valor de R\$ 65.266,35 e não mais no valor de R\$ 118.866,56 referente a prestação irregular de diárias sem a comprovação da finalidade pública atendida:



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Telefones: (65) 3613-7586 / 7584

e-mail: secex-municipal@tce.mt.gov.br

**EDUARDO PENNO** - ORDENADOR DE DESPESAS/Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

**1) JB16. Despesas\_Grave\_16.** Prestação de contas irregular de diárias (art. 37, caput da Constituição Federal e legislação específica; legislação específica do ente).

**1.1** Concessão de diárias no valor de R\$ 65.266,35, para o ex-prefeito – Sr. Eduardo Penno, sem comprovação da finalidade pública atendida, contrapondo-se ao art. 37 da Constituição da República, o qual deverá ser restituído pelo ex- prefeito ao erário com as devidas atualizações monetárias, de acordo com a legislação vigente, conforme a data base referente ao pagamento da diária concedida registrada no Quadro 2 do Anexo 1 deste relatório técnico Documento Digital nº 179987/2018. - Tópico - 4. ANÁLISE DA DEFESA.

É a informação que se submete à apreciação superior.

Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 17 de agosto de 2018.

(Assinatura Digital)

**Suzane Maria Teixeira Pedroso de Figueiredo**

**Técnico de Controle Público Externo**